

Como especialistas avaliam os projetos anunciados por Michel Temer na área da economia

Por: Erik Farina e Cadu Caldas

12/05/2016 - 19h53min

A disposição em atacar o aumento da dívida pública, realizar reformas e estimular parcerias público-privadas, defendidas pelo presidente interino Michel Temer no discurso de posse, soaram como música para economistas, empresários e investidores há muito descontentes com o rumo do governo Dilma na área econômica. Mas atentos à fragmentação partidária dentro Congresso e às dificuldades de aprovar projetos com pouco apoio popular deixam todos com olhar um pouco cético para eventuais mudanças. Se as propostas ficarem na promessa, o otimismo logo pode se transformar em desconfiança.

– O fato de Temer colocar o ajuste fiscal no centro de seu programa de governo é fundamental, pois trata-se do principal entrave ao país neste momento – avalia o professor do pós-graduação de Economia FGV do Rio de Janeiro, Mauro Rochlin – Mas para fazer isso, ou ele terá de aumentar imposto, ou atacar interesses para reduzir despesas. Não tem caminho fácil.

Na tarde de ontem, durante a cerimônia de posse no Palácio do Planalto, Temer falou em combater o rombo nas contas públicas, cujo déficit deverá alcançar R\$ 100 bilhões neste ano. Seria o caminho para reconquistar a confiança de trabalhadores, empresários e investidores estrangeiros. Uma das medidas seria uma nova ofensiva em programas de concessão, retirando do Estado o peso de obras de infraestrutura.

– Os programas de concessão do governo Dilma Rousseff saíram de rota em razão da modicidade tarifária. Se o projeto de Temer for mais livre, haverá dinheiro e disposição de investidores para aplicar em estradas, portos e aeroportos – afirma Rochlin.

Economistas avaliam que o governo interino dificilmente escapará de aumento de impostos para colocar as contas em equilíbrio – o discurso de Temer ignorou a questão tributária. O presidente mencionou uma rediscussão do pacto federativo com Estados e municípios, o que pode sinalizar disposição de voltar à mesa de discussão quanto às dívidas.